



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

Processo nº E-12/003/144/2016 - Proposta de MINUTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CONDICIONANTES PARA CELEBRAÇÃO DE CONVENIO PARA REGULAÇÃO DOS ATERROS SANITÁRIOS.

Nome: Johny Teixeira

L.A.

Cargo: Ger. Marketing

Tema: Contribuições e solicitação de esclarecimentos.

CONTRIBUIÇÃO:

- Dentre os considerandos é citada a legislação de regência. Dentre estas leis Federais e estaduais não observamos a citação da lei 4.556 de 06 de junho de 2005.
- Também não foram relacionadas as regulações ou instruções normativas que apresentam e explicitam os procedimentos não detalhados nesta instrução normativa, conforme definido no art. 9º.
- Considerando a lei 4.556, a necessidade de observação do seu inciso II do art.3º¹ e a aplicação da taxa de regulação, solicitamos determinar a partir de quando passaria a

¹ Art. 3º - No exercício de suas atividades, pugnará a AGENERSA pela garantia dos seguintes princípios fundamentais: II - a existência de regras claras inclusive sob o aspecto tarifário, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

ser cobrada tal taxa e como ela será aplicada sem impactar o equilíbrio econômico financeiro do contrato, uma vez que a mesma representa um custo novo e não previsto no edital e contrato vigente.

- Considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da lei 6362/2012², solicitamos esclarecer como se dará a aprovação municipal para regulação das concessões municipais.
- Relativo ao Art. 2º: o mesmo não cita ou considera as determinações e normativas estabelecidas nos contratos de concessão (ou PPP) que regram a relação existente atualmente e determinada em licitação. Não estabelece ainda o procedimento a ser adotado para os casos de contrato já em andamento.
- Relativo ao Art. 6º Relatório de Fiscalização: O mesmo deve ter mais dados da unidade fiscalizada, como CNPJ, Razão Social, de forma a assegurar a característica única da unidade e evitar possíveis equívocos com unidades que tenham dados similares.
- Relativo ao Art. 6º Relatório de Fiscalização: As determinações das providências a serem tomadas pelo prestador não podem conflitar com o Edital e Contrato de concessão, caso aplicável, sob o risco de constituir custos sem respectiva remuneração, gerando um desequilíbrio econômico financeiro do contrato, aumentando os custos para municipalidade. Os prazos para cumprimento destas providências também devem observar o disposto no edital e contrato de concessão, quando aplicável.
- Relativo ao Art. 6º Relatório de Fiscalização: Esclarecer como se dará a consulta a outros órgãos nos casos indicados no último parágrafo relacionado ao Relatório de Fiscalização, e não deixar de citar ainda o edital e Contrato de concessão quando aplicável.
- Relativo ao Art. 6º Termo de Notificação: O mesmo deve indicar também a razão social da unidade fiscalizada. Para os casos em que o termo de notificação apresentar consulta ao prestador de serviços sobre não atendimento à legislação ou a outros itens normativos, quais serão os passos seguintes a serem seguidos pelas partes? Quais prazos para respostas e quais ações de cada parte até que os esclarecimentos atendam ao requerido pela AGENERSA?
- Relativo ao Art. 6º Auto de Infração: Havendo uma infração e determinada a aplicação de penalidade, a mesma seguirá o estabelecido no edital e contrato de serviços ou de concessão? Não sendo seguido o contrato de serviços ou de concessão, haverá penalidade aplicada tanto pela AGENERSA quanto pela contratante ou pelo Poder Concedente?
- Relativo ao Art. 6º Auto de Infração: ao final da descrição do procedimento é citado: *Observações: Vide Deliberação em anexo (sempre anexar cópia do Diário Oficial em que foi publicada a Deliberação)*. Trata-se de observação padrão que será aplicada ao Auto de Infração ou o anexo que trata da deliberação trata-se da Deliberação que faz parte da instrução normativa e que não foi disponibilizado nesta consulta?

² Art. 6º A regulação dos aterros sanitários regionais e autorizados será feita pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, a partir de data fixada pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A regulação a que se refere o caput deste artigo dependerá de autorização pelo Município, nos casos dos aterros sanitários públicos municipais e concedidos.

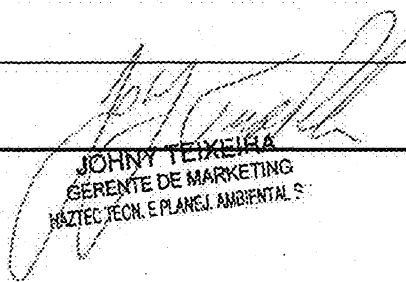


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

- Relativo ao anexo 1 – Condicionantes: O mesmo expressa uma lista de condicionantes que devem ser observadas na elaboração do Plano de Operação, conforme consta do art. 3º, todavia alguns dos itens requeridos não encontram paridade ou equivalência ao disposto nos contratos ou concessões. Havendo necessidade de implantação de novas atividades para atendimento a estas condicionantes haverá desequilíbrio econômico financeiro do contrato, pois estas atividades complementares representam novos custos não previstos a serem suportados pela concessionária.
- Relativo ao anexo 1 – Condicionantes: O art. 1º determina a implantação do Plano operacional em até 180 dias, todavia não determina como se fará o reequilíbrio do contrato neste mesmo período. Solicitamos esclarecer como se dará este processo.
- Relativo ao anexo 1 – Condicionantes, item 1.3 jurídico legais: o cumprimento de legislação relativa à AGENERSA e seu regulamento interno não seria de responsabilidade da AGENERSA? Como a Concessionária ou prestador de serviços poderia ser responsável pelo cumprimento de leis e regulamentos internos que atribuem ações à AGENERSA?
- Relativo ao anexo 1 – Condicionantes, item 2.1 Gerenciamento dos serviços: O item cita a necessidade de elaborar e atender ao plano de operações. Se o anexo 1 foi elaborado como um detalhamento das condicionantes do Plano de operações, como deve ser atendido este item?
- Relativo ao anexo 1 – Condicionantes, item 2.2: Se o item 2.2 com todos seus subitens deve ser realizado e consubstanciado por laudo técnico emitido por terceiros (perito qualificado), o plano de Operações não poderá ser realizado e ter início em 180 dias. A verificação do atendimento aos itens relacionados no item 2.2 não seria parcela da atividade de fiscalização da AGENERSA? Como seria atendido o plano de operações para este item?
- O teor da Instrução normativa não define pontos importantes como a dinâmica da atuação da agência em termos de:
 - Frequência de auditorias fiscalizatórias;
 - Relação entre a contratante e a AGENERSA em função dos serviços prestados pela empresa contratada. (AGENERSA faria o suporte técnico para a contratante ou seria a substituta desta para efeitos de fiscalização operacional?);
 - Procedimentos administrativos e seus tramites não foram detalhados ou determinados para casos de notificações ou multas;
 - Procedimentos administrativos e seus tramites não foram detalhados ou determinados para casos de necessidade de determinação de correção de tarifas; avaliação de reequilíbrio econômico financeiro e outros temas correlacionados;
 - Período de transição e ajustes para os casos de contratos em andamento, principalmente nos casos de concessões públicas (e PPP);

- Definições para casos de conflitos entre contrato vigente e determinações desta Instrução Normativa;
- Ações e medidas a serem praticadas em casos em que a Instrução Normativa gere desequilíbrio econômico e financeiro ao contrato vigente;
- Definições que estabeleçam prioridades em casos de conflitos técnicos entre o disposto no Contrato e na Instrução Normativa ou mesmo durante eventual fiscalização.

Final das contribuições


JOHNNY TEIXEIRA
GERENTE DE MARKETING
MAZTEC TECN. E PLAN. AMBIENTAL S.A.